



BAHIA

JAVA OU EX-JAVA – SOBRE O REPASSE/PROCESSO DE 2015 ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA O DIA 29

ATENÇÃO
VIGILANTES JAVA
OU EX-JAVA -
DINHEIRO EXTRA
PARA OS
TRABALHADORES
ANO DE 2015
VIGILANTES DE
LUTA, SEM



O SINDVIGILANTES/BA reafirma a convocação aos colegas Java ou ex-Java de 2015 para tratarmos da entrega dos recursos resultantes do processo, no próximo sábado, dia 29.

Observe algumas orientações e procedimentos:

1) Do grupo de 1400 pessoas no processo, o valor já pago pela empresa possibilitará o repasse, neste momento para 509 colegas;

2) Destes, 309 será destinado ao pessoal da capital e 200 para os colegas, estes em datas a serem definidas;

3) No sábado, dos 300 de Salvador, serão relacionados, primeiramente os sindicalizados, complementado, se for o caso, com sorteio entre os não sindicalizados;

4) Os colegas devem levar cópia do RG e do cartão da conta bancária;

5) No local haverá o recadastramento dos sindicalizados;

Salientamos ainda que:

- os valores são resultados de um acordo na ação judicial, parcelado, com final em 2021;

- Com a primeira parte do acordo em seu poder, o Sindicato fará esta distribuição integral para o grupo de 509 e definirá outras datas para o repasse das parcelas que forem recolhidas pela empresa;

- para todos os efeitos, REAFIRMAMOS: OS SINDICALIZADOS TERÃO PRIORIDADE NO PROCEDIMENTO DE SABADO.

No mais, aguardamos a todos para compartilhar desta conquista.

VIGILANTES JAVA OU EX-JAVA – REUNIÃO PARA TRATAR DO REPASSE DO ACORDO JUDICIAL/RESIDUO DA PERICULOSIDADE

DIA 29/02 – SABADO – ÀS 08H30

LOCAL- COLEGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Rua Joana Angélica,1380 – Nazaré

Fonte: Sindvigilantes BA

SINDICATO CONVIDA AS VIGILANTES PARA HOMENAGEM PELO DIA DA MULHER



Alô, mulheres vigilantes, as corajosas guerreiras de farda: estão todas convidadas para um evento de homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que será promovido pelo Sindvigilantes do Sul, dia 04 de março, no auditório do Sindicato dos Ferroviários. O local é no mesmo prédio e no mesmo andar do nosso sindicato, à Rua Voluntários da Pátria, nº 595, 5º andar.

“A partir das 17 horas, acontecerá um coquetel de confraternização, com a presença das mulheres diretoras do sindicato, o presidente Loreni Dias e convidados especiais”, informa a diretora Elisa Araújo, que está coordenando o evento.

Haverá também sorteios de brindes e promoções, a Feira de Roupas e Perfumes da grife Mary Kay, demonstração de maquiagem, entre outras atrações. O evento conta com o apoio institucional da Clinicentro, clínica médica conveniada com o sindicato, que recentemente

inaugurou suas novas instalações.

Neste momento de grandes dificuldades para todas, devido ao alto desemprego e perdas de direitos com as reformas dos governos de Temer e Bolsonaro, as mulheres precisam se unir e reafirmar as bandeiras de luta do feminismo por igualdade de condições de trabalho e de salários, contra o feminicídio e qualquer forma de violência contra as mulheres.

Em 2020, o Dia da Mulher, que se comemora oficialmente em 08 de março, cairá num domingo, por isso a homenagem do sindicato será na quarta-feira. Elisa pede que as presenças sejam confirmadas, até o dia 02 de março, pelos telefones do sindicato, para facilitar organização da atividade: (51) 3224-4545 ou 3225-5070 ou 3024-5115 ou 3024-5114.

Venham, participem, porque juntas somos muito mais fortes!

Fonte: Sindvigilantes do Sul

GOIAS

Após conciliação, patrão e empregado restabelecem a amizade e decidem manter o vínculo de emprego



Um conflito trabalhista entre um vigilante e um empresário de Mozarlândia terminou melhor do que o esperado. Em audiência de conciliação realizada na Vara do Trabalho de Goiás nesta quinta-feira, 20/2, além do acordo firmado para o pagamento de débitos trabalhistas, o patrão garantiu que vai manter o trabalhador no emprego até ele se aposentar. A audiência se encerrou com um abraço de reconciliação. Para a juíza que acompanhou a audiência e homologou o acordo, Andressa Kalliny Carvalho, fatos como este demonstram o empoderamento das partes na solução dos conflitos e a importância da conciliação como ferramenta para solucionar litígios e restaurar a relação afetiva e social entre as partes.

A magistrada conta que a primeira audiência aconteceu no dia 5 de fevereiro e foi infrutífera. Já nessa segunda audiência, que foi uma audiência Una, ou seja, de conciliação e instrução, os advogados informaram que as partes já haviam conversado e chegaram a um consenso para uma proposta de acordo.

O trabalhador explicou que o acordo foi fruto de uma conversa franca e pacífica com o proprietário da empresa antes da audiência. “Em razão da amizade existente, foi possível conciliar e permanecer com o vínculo de emprego ativo”, afirmou ele satisfeito com a proposta. O patrão, por sua vez, também pediu para registrar sua satisfação na ata de audiência. Ele disse que, além de privilegiar a permanência do vínculo

de emprego, foi mantida a relação de amizade com o trabalhador, que atua na empresa como vigilante há quase 15 anos.

Conforme o acordo, a dívida trabalhista, que se referia a horas extras, reflexos e indenização, será paga em três parcelas consecutivas. Mas o que mais chamou a atenção é que o empregador, além de reajustar o salário do empregado, garantiu que manterá o vínculo com ele, pelo menos, até sua aposentadoria, se abstendo de realizar dispensa sem justa causa.

A juíza Andressa Kalliny explicou que essas garantias dadas pelo empregador não são decorrentes de nenhuma lei, mas de um ajuste para que as partes consigam dar continuidade à relação de emprego existente há muitos anos de forma cordial para ambos. “Acreditamos efetivamente que empoderar as partes para a solução pacífica do conflito permite a tomada de consciência para a promoção da mudança que queremos ver”, afirmou a magistrada, ressaltando ainda a importância da participação dos advogados para solucionar os conflitos da melhor forma possível.

Processo: 0011601-32.2019.5.18.0221

Lídia Neves

Setor de Imprensa – TRT-18

Algumas Escolas Públicas sem vigilantes são alvos de bandidos



A falta de vigilantes em algumas escolas públicas tem causado muitos prejuízos aos cofres públicos do GDF, mas o maior prejuízo é para os alunos e a comunidade escolar.

A ausência de segurança privada na Escola de Línguas de Brazlândia, CILB, tem atraído bandidos e o estabelecimento de ensino, há duas semanas, teve quatro salas arrombadas e quatro aparelhos de TV foram levados. Na madrugada do dia 21/02, mais uma sala foi arrombada e novamente levaram um aparelho de TV e equipamentos eletrônicos.

O Sindicato dos Vigilantes do DF se junta à comunidade escolar e demais instituições para cobrar do GDF uma ação efetiva para reduzir a criminalidade nas escolas e uma dessas ações

é a contratação de vigilantes para proteger o patrimônio público, os espaços físicos e a vida.

Por diversas vezes temos denunciado a redução do quadro de segurança privada nos órgãos públicos do GDF e também a total ausência de vigilantes e isto já resultou em mortes, o que é inaceitável.

Esperamos que o GDF ouça o clamor da população e ofereça mais segurança aos alunos, professores e demais trabalhadores das escolas públicas, pois a criminalidade pode atacar a qualquer momento, mesmo durante o funcionamento desses estabelecimentos de ensino, colocando vidas em risco.

fonte: SINDESV DF

Após mobilização, relator da MP 905 exclui artigo que acaba com registro de jornalista e outras profissões



Depois de três meses de intensa mobilização, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e seus 31 sindicatos filiados conquistaram, nesta quarta-feira (19), uma vitória para os mais de 150 mil profissionais espalhados por todo o país na luta contra as maldades da Medida Provisória (MP) 905/2019.

O relator da MP 905, deputado Christino Aureo (PP-RJ), retirou do texto original, publicado em 11 de novembro de 2019 pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido), o artigo 51, inciso VII, que extinguiu o registro prévio na Secretaria do Trabalho, no Ministério da Economia, como condição para o exercício da profissão de jornalista e mais 13 profissões regulamentadas

(agenciador de propaganda, arquivista, artista, atuário, guardador e lavador de veículo, publicitário, radialista, secretário, sociólogo, técnico em arquivo, técnico em espetáculo de diversões, técnico em segurança do trabalho e técnico em secretariado).

“Tratando da extinção de registro profissional no Ministério do Trabalho, eu rejeitei a redação do artigo 51 da MP e acatei o conjunto de todas as emendas que estabeleçam os registros profissionais. O Ministério (Secretaria do Trabalho) permanece com todas as suas atribuições e as profissões com o mesmo padrão de registro que tinham antes da publicação da Medida Provisória em novembro de 2019”, disse

o relator ao apresentar o parecer na Comissão Mista.

Na avaliação da FENAJ, houve uma importante vitória dos jornalistas, da Federação e das entidades que representam as outras categorias atingidas diretamente. “Mas o relatório, mesmo com modificações, mantém muitas medidas que precarizam as relações de trabalho. Ainda consideramos que a melhor alternativa é a MP ser derrubada”, disse a presidenta da FENAJ, Maria José Braga.

Para o presidente do Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal e diretor jurídico da Federação dos Radialistas (FITERT), Marco Clemente, esta é uma vitória importante para as profissões que possuem registro profissional, em especial, às coirmãs – radialistas e jornalistas. “Agradecemos aos parlamentares que nos apoiaram e apresentaram as emendas supressivas que foram acolhidas pelo relator”, disse.

Para o secretário de Comunicação da CUT-RS, Ademir Wiederkehr, “é uma conquista importante, mas não podemos baixar a guarda, pois o relator da MP 905 manteve inúmeras maldades, como a carteira verde e amarela com redução de direitos para jovens trabalhadores e a liberação do trabalho aos domingos e feriados sem horas extras”. Segundo ele, “estamos diante de uma nova e cruel reforma trabalhista com efeitos tão perversos quanto aquela do golpista Michel Temer (MDB)”.

Debate e votação

Após a leitura do relatório de Christino Aureo, o presidente da Comissão Mista concedeu vista coletiva aos parlamentares. As sessões de discussão e votação da MP 905 estão marcadas para os dias 3 e 4 de março, após o recesso de

Carnaval.

Aprovado o relatório, a MP segue para votação no plenário da Câmara e depois do Senado e tem prazo para aprovação ou rejeição até 9 de abril de 2020.

Resistência e luta

A resistência começou logo depois da publicação da MP 905. Houve protestos, manifestações e debates junto a deputados federais, senadores, parlamentares estaduais e municipais, envolvendo a categoria e a sociedade.

No Rio Grande do Sul foi organizada a Frente de Sindicatos Integrados em Defesa das Profissões, que realizou no dia 4 de dezembro um ato de protesto na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre. Teve até um cortejo fúnebre na Avenida Borges Medeiros, chamando a atenção da sociedade para a da proposta do governo.

“Se a MP 905 passar, em breve nós seremos como o Chile, um país sem direitos, com jovens sem trabalho decente e com idosos sem aposentadoria digna para sobreviver. Temos que nos unir e resistir a esse governo neoliberal e nefasto, que tanto mal faz ao nosso país”, afirmou o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci.

No último dia 6, a presidente do Sindicato dos Jornalistas do RS, Vera Daisy Barcellos, ocupou a Tribuna Popular da Assembleia Legislativa, onde denunciou os retrocessos da MP 905.

De acordo com ela, o fim do registro permitirá o exercício de profissões por pessoas não habilitadas. “Por todas as perdas, a MP é inadmissível e, antes de tudo, inaceitável por ser inconstitucional”, disse Vera Daisy.

Fonte: CUT RS

Trabalho aos domingos não vai fazer economia crescer, afirmam economistas

MP de Bolsonaro que permite o trabalho aos domingos e feriados não trará benefícios econômicos para os trabalhadores, nem ao país. Para economistas, medida só retira direitos da classe trabalhadora



A Medida Provisória (MP) nº 905, da Carteira Verde e Amarela, criada pelo ministro da Economia, o banqueiro, Paulo Guedes, com o aval de Jair Bolsonaro (sem partido), retira diversos direitos trabalhistas e traz, entre outras maldades, a liberação do trabalho aos domingos em todos os setores.

Apesar de algumas mudanças no texto original do governo, o relator da MP, deputado Christino Aureo (PP/RJ), aprovou que, nos setores de comércio e serviços, o descanso semanal deverá coincidir com o domingo pelo menos uma vez a cada quatro semanas. Para indústria, agricultura, pesca e demais setores, uma vez a cada sete semanas. O texto do relator ainda deverá passar por votação na Câmara dos Deputados.

A professora de economia da Universidade de São Paulo (USP), Leda Paulani, critica a liberação do trabalho aos domingos. Segundo ela, a medida não trará nenhum benefício

para a economia do país, somente a perda de direitos.

Para ela, a MP da Carteira Verde e Amarela, é mais uma etapa de implantação da cartilha neoliberal do atual governo, que tem como projeto a flexibilização e perdas de direitos trabalhistas, pois não tem nenhum impacto positivo na economia.

“O efeito sobre a recuperação econômica é zero. O problema dessa crise é a falta de demanda. Não adianta incentivar o consumo abrindo o comércio aos domingos, como já vem sendo feito, se os trabalhadores não têm dinheiro para consumir, nem mesmo empregos, já que estamos num momento em que há fábricas demitindo e outras optando por férias coletivas”, diz a professora de economia.

Segundo Paulani, numa crise financeira em que os investimentos privados estão em baixa, é o investimento público que deveria ser utilizado para fazer a economia girar e ser

sustentável.

“Não adianta querer estimular a economia, sem permitir um crescimento sustentável. E com o clima de incertezas no Brasil e no mundo, é preciso um programa de investimentos públicos, como o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. Mas, com essa filosofia ultra liberal de Guedes não tem jeito do país investir”, critica.

A razão da letargia da economia é a falta de investimento público e, sem ele, se aprofunda a desigualdade social- Leda Paulani

A mesma visão de que a Carteira Verde e Amarela não impulsionará a economia tem Ana Luiza Matos de Oliveira, professora de economia da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO).

De acordo com ela, as pessoas têm por hábito organizar suas atividades conforme as regras estabelecidas e, por isso, elas podem até realizar suas atividades econômicas, como pagar contas, ou fazer compras aos domingos, mas isto não significa que irão consumir mais.

Ana Luiza que também estudou em Genebra, na Suíça, conta que lá os supermercados não abrem aos domingos e as pessoas se organizam para fazer suas compras em outro dia da semana.

“O trabalho aos domingos não vai gerar aumento da atividade econômica. A MP do governo vai apenas beneficiar os donos das grandes fábricas e indústrias, que, com certeza, não vão trabalhar aos domingos”, critica.

Relações familiares e sociais devem mudar com trabalho aos domingos

Ana Luiza, que também é doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Pesquisa Econômica da Unicamp, afirma que o trabalho aos domingos impõe uma nova forma de sociabilidade.

“É este tipo de sociedade que queremos

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

viver, em que todos trabalhem aos domingos, ao invés de ficar com a família, fazer algum hobby e ter oportunidade de lazer com os amigos? questiona.

A economista afirma ainda que o trabalho está tomando conta da gente, e a sociedade brasileira precisa se perguntar se quer abrir mão do descanso aos finais de semana.

Ela lembra que este é um tema que vem sendo questionado em diversos países do mundo, como bem demonstrou, segundo ela, o documentário vencedor do Oscar, deste ano, “Indústria Americana” (Netflix), que mostra o conflito dentro de uma fábrica nos Estados Unidos, comprada por chineses, que reclamavam que os norte-americanos “folgavam muito”, além de dizerem que na China, os trabalhadores locais têm dois empregos e poucas folgas.

Em nome de uma suposta competitividade está se reduzindo padrões mínimos de sociabilidade. Mas, é possível se organizar para que todos tenham direito ao tempo livre com suas famílias. Para isso, os trabalhadores daqui e em todo mundo precisam se unir - Ana Luiza Matos de Oliveira

Esta união em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, que prega a economista, começa a se tornar realidade com a decisão das centrais sindicais em promover no próximo dia 18 de março, o Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, Soberania, Defesa da Amazônia e Agricultura Familiar”.

Convocado pela CUT e demais Centrais sindicais, o 18 de março será um dia de mobilizações nos locais de trabalho, paralisações e atos nas principais capitais e nas cidades do interior do país.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF